

**Câmara de vídeo nos locais de trabalho são PROIBIDAS!
quem o diz é o supremo tribunal de justiça**

Há empresas do sector que chegam ao deslante de colocarem câmaras de vídeo directamente sobre os trabalhadores durante o desempenho profissional destes.

O Sindicato tem protestado junto de muitas empresas contra a instalação de câmaras de vídeo nos locais de trabalho.

Também já denunciou várias vezes a situação junto da Inspecção do Trabalho mas, sempre, sem resultados.

Agora, o Supremo Tribunal de Justiça vem dar razão às justas queixas do Sindicato e, por acórdão recente, manda uma empresa retirar as câmaras de vídeo dos locais de trabalho.

Diz o Supremo Tribunal de Justiça:

“A colocação de câmaras de vídeo em todo o espaço em que os trabalhadores desempenham as suas tarefas, de forma a que estes se encontrem no exercício da sua actividade sob permanente vigilância e observação, constitui, nestes termos, uma intolerável intromissão na reserva da vida privada, na sua vertente de direito à imagem, e que se não mostra de nenhum modo justificada pelo simples interesse económico do empregador de evitar a desvio de produtos que ali são manuseados.

A entidade empregadora dispõe de mecanismos legais que lhe permitem reagir contra a actuações ilícitas dos seus trabalhadores, podendo não só exercer o poder disciplinar através do procedimento apropriado, efectuando as adequadas averiguações internas, como também participar criminalmente às entidades de investigação competentes, que poderão determinar as diligências instrutórias que se mostrarem convenientes.

Em qualquer caso, a instalação de câmaras de vídeo, incidindo directamente sobre os trabalhadores durante o seu desempenho profissional, não é uma medida adequada e necessária ao efeito pretendido pela entidade patronal, além de que gera um sacrificio dos direitos de personalidade que é inteiramente desproporcionado relativamente às vantagens de mero cariz económico que se visava obter.

Assim, independentemente da autorização concedida pela Comissão Nacional de Protecção de Dados, cuja legalidade apenas poderia ser discutida no foro administrativo, a efectiva utilização de câmaras de vídeo nos termos descritos nos autos é ilícita, sendo que se encontra fixada em termos definitivos a competência dos tribunais de trabalho para conhecer do objecto da acção.”